

# INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM SÍNDROME DE DOWN NOS CMEIS DE MARINGÁ: OLHAR SOBRE A ALFABETIZAÇÃO <sup>1</sup>

Ana Carolina de Angelis Batista<sup>2</sup>  
Marta Lucia Croce<sup>3</sup>

## RESUMO

A alfabetização de crianças com Síndrome de Down (SD), regularmente matriculadas nos Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs) da cidade de Maringá, Paraná, no ano de 2016, foi o foco da pesquisa descrita neste artigo. Questionamos o modo como o processo de alfabetização das crianças com SD é planejado, orientado e conduzido nos CMEIs. Nesse sentido, realizamos um estudo teórico, documental e empírico, de abordagem qualitativa e quantitativa, sendo que a base teórica consultada esclareceu os princípios que regem a alfabetização de crianças com Síndrome de Down e de como deve ser operacionalizado o ensino inclusivo na escola. A legislação que institui a inclusão pressupõe que os sistemas de ensino adequem suas instalações e profissionais para garantir o processo alfabetizador. O estudo empírico foi realizado por meio de questionários apresentados às professoras regentes de classe e às professoras de apoio pedagógico. Foram contatados onze (11) CMEIs, com autorização prévia da Secretaria Municipal de Educação<sup>4</sup> (SEDUC). Incluiu-se, ainda, Entrevista Telefônica (ET) junto ao responsável pela Educação Especial. Verificamos que as professoras propiciam o acolhimento e a integração das crianças com SD; buscam o desenvolvimento das suas capacidades de aprendizagem por meio do convívio em ambiente coletivo, harmônico e alfabetizador, todavia constatamos a falta de suporte pedagógico, tanto de material quanto da atuação de professores auxiliares. Este resultado foi comparado às informações cedidas pela funcionária de Educação Especial demonstrando que há contradição entre os relatos. Concluímos que é necessário repensar a inclusão voltada à alfabetização de crianças com SD, tanto na oferta da SEDUC quanto na ação pedagógica nos CEMEIs.

**Palavras-chave:** Inclusão. Síndrome de Down. Educação Infantil. Alfabetização.

## ABSTRACT

The literacy of children with Down Syndrome (SD), regularly enrolled in the Municipal Centers for Early Childhood Education (CMEIs) in the city of Maringá, Paraná, in the year 2016, was the focus of the research described in this article. Aiming to know the proposals for inclusion and the literacy of children with DS, a theoretical-legal and

---

<sup>1</sup> Artigo apresentado para conclusão do curso de graduação em Pedagogia da Universidade Estadual de Maringá- UEM.

<sup>2</sup> Graduanda no Curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Maringá. [anacarolinabatist@gmail.com](mailto:anacarolinabatist@gmail.com)

<sup>3</sup> Orientadora, Professora Adjunta do DFE/UEM. Doutora em Políticas e Práticas Educacionais (UNINOVE). [martalucia.croce@gmail.com](mailto:martalucia.croce@gmail.com)

<sup>4</sup> A autorização encontra-se em anexo 1.

empirical study was carried out, with emphasis on pedagogical actions that aim to learn oral and written languages. The theoretical basis consulted indicated what is expected of the literacy of children with Down and how the inclusive education in the school should be operationalized. In this sense, both current legislation and scholars have provided guidelines, concepts and definitions aimed at inclusion proposals, methodologies and teaching materials, in the literacy process. The empirical study, in turn, generated data obtained through a questionnaire provided to class teachers and teachers of pedagogical support. Eleven (11) CMEIs were contacted, with prior authorization from the Municipal Department of Education (SEDUC). It was verified that the teachers facilitate the reception and integration of children with DS; They seek the development of their learning capacities through social interaction in a collective, harmonic and literate environment. However, there is a lack of pedagogical support, both on a material basis and on the work of auxiliary teachers. This result may contribute to rethinking the inclusion of children with disabilities in the regular school system, especially with a view to literacy.

**Keywords:** Inclusion. Down's syndrome. Child education. Literacy

## 1 INTRODUÇÃO

No contexto social brasileiro a atenção às pessoas com deficiências possui uma trajetória caracterizada por fases de extrema exclusão social, marcantes e contínuas. Geralmente submetidas ao isolamento doméstico ou a tratamentos aplicados em clínicas e hospitais psiquiátricos, essas pessoas eram excluídas de qualquer convívio em sociedade, o que gerou, ao longo dos tempos, fortes iniciativas humanitárias, no sentido de modificar esta realidade. A inclusão social passou a ser, então, uma luta deflagrada por diversos grupos de estudiosos, ativistas e associações, nas últimas décadas.

Logo, para que fosse possível a inclusão social das pessoas com deficiência, houve um grande esforço iniciado pelos defensores dos direitos humanos, que acabaram por reescrever outra trajetória de respeito aos deficientes. Regras de inclusão, definições e conceituações, normas jurídicas e legislações específicas foram algumas das ações que possibilitaram a inclusão social.

Na compreensão deste contexto de mudanças, consideramos fundamental o entendimento dos termos pertinentes à inclusão social de pessoas com deficiência, encontrados em textos legais e teóricos de diferentes áreas do conhecimento.

De acordo com Masini (2004), a palavra Inclusão vem do verbo incluir (do latim *includere*), que significa conter em, compreender, fazer parte de, ou participar

de. Ou seja, a inclusão está voltada para o indivíduo que se sente pertencente à sociedade, participando e contribuindo de modo a sentir-se valorizado na diversidade.

Este conceito trouxe mudanças históricas para a inclusão social das pessoas com deficiência, por meio da desconstrução de estigmas fortemente fixados na sociedade. As considerações de Sasaki (1997) nos leva a compreender que a inclusão social constitui-se em “[...] processo bilateral no qual as pessoas, ainda excluídas, e a sociedade buscam em parceria equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidades para todos” (Sasaki, 1997, p.3).

Na proposta da inclusão social, a educação inclusiva, por sua vez, tem como finalidade inserir crianças com necessidades educacionais especiais no ensino regular, tendo como fundamento legal a Constituição Federal de 1988, que em seu Artigo 5º garante a todos o direito à igualdade, e no Artigo 205 trata do direito de todos à educação, visando ao “[...] pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 2004).

O objetivo geral deste artigo foi compreender o processo de inclusão para a alfabetização de crianças com SD, matriculadas em CMEIs, baseando-se em depoimentos de professoras e da proposta de inclusão praticada pela SEDUC.

Tivemos como objetivos específicos, conhecer quantos alunos com SD encontram-se matriculados em escolares regulares; Identificar se há atividades desenvolvidas para esses alunos e questionar o que pensam as professoras sobre a inclusão no ensino regular.

Desse modo, tratamos da educação voltada à inclusão de crianças com SD na educação infantil, com ênfase no atendimento à alfabetização. Tomamos como base documental e teórica a legislação em vigor no Brasil, assim como os autores que estudam a inclusão no processo de escolarização de crianças com deficiência. Trata-se de uma temática construída nos anos da graduação e em experiências de docência na educação infantil, quando foram realizadas ações de inclusão de alunos com SD, dentre os anos de 2013 e 2015.

Observando as crianças em processo de inclusão, um menino de 4 anos e uma menina de 6, ambos matriculados na educação infantil de uma escola privada, foi possível notar que apresentavam dificuldades em relação à aprendizagem de conteúdos básicos, referentes à leitura e escrita. Esta única experiência representou um imenso desafio para a minha vida acadêmica e fez nascer o interesse em

conhecer a alfabetização de crianças com SD na educação infantil, agora em escolas públicas.

Do interesse surgiram questões como: As crianças com SD têm acesso à escola pública na cidade de Maringá? Como é encaminhado o processo de alfabetização e quais os materiais e metodologia de ensino são utilizados?

Na busca de compreender essas questões, apresentamos no primeiro tópico os procedimentos metodológicos de pesquisa. Já no segundo tópico caracterizamos o campo de estudos da educação especial e da educação inclusiva. Destacamos a educação especial com um breve histórico da atenção à pessoa com deficiência. Apresentamos, também, conceitos pertinentes à inclusão, assim como a legislação que ordena e garante a inclusão de pessoas com deficiências em escolas de ensino regular.

O terceiro tópico contempla autores e obras que esclarecem ideias e conceitos pertinentes à educação especial, inclusão escolar e alfabetização de crianças com SD, com destaque para Mantoan (2009); Vigotsky (1998; 2007); Silva (2002); Lima (2016); Miranda (2001) e Oliveira (2010).

Em seguida, apresentamos a pesquisa de campo e seus resultados obtidos realizada junto a doze (11) CMEIs de Maringá envolvendo as professoras dos alunos com SD, que descreveram o processo de alfabetização desses alunos, de como é a inclusão dos mesmos, e do que é necessário ofertar nos CMEIs para melhor atendê-los. São expostos em gráficos os dados coletados, referentes ao percentual de alunos com SD presentes e atendidos no ensino regular destes CMEIs.

Nas Considerações Finais estão as análises do estudo, levando em consideração o conhecimento pedagógico docente das professoras entrevistadas; os seus saberes específicos sobre inclusão e alfabetização de crianças com SD; a realidade da sala de aula, com pessoas capacitadas, materiais e acompanhamento na alfabetização.

### **3 EDUCAÇÃO ESPECIAL E EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

Para o estudo pretendido foi necessário conhecer e compreender os termos inclusão, educação especial e educação inclusiva, assim como a Síndrome de Down e seus aspectos fisiológicos e intelectuais. Deste modo, percorremos o caminho de

construção do estudo proposto considerando a inclusão no ensino regular, de crianças com SD em classes de alfabetização.

A inclusão de pessoas com qualquer tipo de deficiência no ensino regular é uma luta constante de famílias que buscam seus direitos na sociedade, sendo necessário o reconhecimento e valorização por meio do acesso e da participação de todos nas atividades educativas. Para Mantoan (2009, p.12) a “Inclusão é o privilégio de conviver com as diferenças”. Reforça a autora que “Na escola inclusiva professores e alunos aprendem uma lição que a vida dificilmente ensina: respeitar as diferenças” (p.12).

Neste sentido, Mendonça (2015), apresenta os conceitos de educação especial e educação inclusiva, considerando que a educação especial atende pessoas com deficiência em seu processo de desenvolvimento educacional em qualquer instituição. Sua organização é específica para atender as necessidades desses indivíduos. Promove acesso, participação e aprendizado no sistema educacional fora do ambiente escolar, atendendo as pessoas com deficiência em locais como APAES e clínicas específicas, não atribuindo o direito de convívio com outras pessoas consideradas normais.

Portanto, o conceito de educação especial, para Mendonça (2015), encontra-se expresso como:

[...] uma modalidade de ensino destinada a educandos com deficiências no campo da aprendizagem, originadas quer de deficiência física, sensorial, mental ou múltipla, quer de características como altas habilidades, superdotação ou talentos. Ela é o ramo da Educação que se ocupa do atendimento e da educação de pessoas com deficiência em instituições especializadas, tais como escolas para surdos, escolas para cegos ou escolas para atender pessoas com deficiência intelectual. (MENDONÇA,2015, P.02)

O conceito de educação inclusiva por sua vez, desenvolveu-se no ano de 1994, com a Declaração de Salamanca, com o intuito de incluir crianças com necessidades especiais em escolas de ensino regular. O sentido de inclusão foi proposto com o objetivo de promover a evolução da cultura vigente diante das pessoas com deficiência, a fim de defender o convívio social entre todos.

Sobre a educação inclusiva, Carvalho (2005) afirma que:

O que se pretende na educação inclusiva é remover barreiras, sejam elas extrínsecas ou intrínsecas aos alunos, buscando-se todas as formas de acessibilidade e de apoio de modo a assegurar (o que a lei faz) e, principalmente garantir (o que deve constar dos projetos político pedagógicos dos sistemas de ensino e das escolas e que deve ser executado), tomando-se as providências para efetivar ações para o acesso, ingresso e permanência bem sucedida na escola (CARVALHO, 2005, p.72).

Esta ideia permite afirmar que a educação inclusiva possui vantagens para o aluno com SD, pois possibilita contato com os indivíduos que não possuem deficiência, os quais poderão dar auxílio ao aluno com deficiência em seu processo de aprendizagem, levando em consideração que um aprende com o outro. No entanto, para termos educação inclusiva na sociedade é necessário respeitar as diferenças, propiciando as condições de convívio harmônico entre os diferentes, para além do respeito às leis que regem a inclusão.

De acordo com a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (BRASIL, 2009), considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, diante de diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. O direito à Educação Inclusiva está assegurado, no Brasil, pela Constituição Federal (CF), promulgada em 1988, como direito inalienável de qualquer ser humano, ou seja, a família e/ou a própria pessoa não podem recusar atendimento, em qualquer hipótese. (BRASIL, 1988)

Resgatando o objetivo deste estudo apresentamos as leis brasileiras que, inspiradas na convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, tratam especificamente da inclusão escolar como uma obrigatoriedade e direito de todos. Propondo garantir o pleno desenvolvimento da pessoa com deficiência, estas leis são essenciais para a inclusão de alunos com deficiência no ambiente regular de ensino.

### 3.1 LEGISLAÇÃO E EDUCAÇÃO ESCOLAR INCLUSIVA

O direito à Educação Escolar, previsto na legislação brasileira, atende acordos firmados na Declaração de Salamanca (BRASIL, 1994) que descreve como dever das escolas “[...] acomodar todas as crianças independentemente de suas

condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras”. Nesse sentido, é relevante conhecer as leis em vigor, que incluem o aluno deficiente no processo educativo no ensino regular, como direito assegurado pela legislação brasileira.

Anterior à Declaração de Salamanca, o Brasil já determinaria, por meio da Constituição da República Federativa do Brasil (CF), de 1988, no seu Título II, Dos Direitos e Garantias Fundamentais, Capítulo I, Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, no Artigo 5º, que: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade” (BRASIL, 1988).

Seguiu-se à CF a Lei 7.853/89, ainda em vigor, que trata da proibição em:

[...] recusar, suspender, adiar, cancelar ou extinguir a matrícula de uma pessoa por causa de sua deficiência, em qualquer curso ou nível de ensino, seja público ou privado. A pena pela infração pode variar de um a quatro anos de prisão, mais multa. (BRASIL, 1989).

Assegurando a igualdade para todos, a CF de 1988 e a Lei nº 7.853/89 garantem que pessoas com deficiência possam frequentar o ensino regular para participar das atividades desenvolvidas no processo de ensino e aprendizagem proposto para os demais alunos. Todavia, não apenas estas leis promovem a inclusão escolar.

Relacionamos as seguintes leis, que asseguram a inclusão: Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº. 8.069/90); Declaração Mundial de Educação para Todos (1990); Declaração de Salamanca (1994); Política Educacional de Educação Especial (1994); Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96); Decreto nº 3.298 que regulamenta a Lei nº 7.853/89; Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (Resolução CNE/CEB nº 2/2001); Plano Nacional de Educação – PNE (Lei nº 10.172/2001); Convenção da Guatemala (1999), promulgada no Brasil pelo Decreto nº 3.956/2001; Resolução CNE/CP nº1/2002; Decreto nº 6.571/2008 e Plano Nacional de Educação – PNE de 2011.

Para garantir a manutenção da educação inclusiva escolar, nos moldes determinados pela legislação em vigor, foi aprovado em 2008 o Decreto nº 6.571/2008, que destina recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da

Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) exclusivamente às escolas regulares da rede pública, com Atendimento Educacional Especializado (AEE). Para Bueno (2001):

A escola inclusiva é um desafio, pois os sistemas pouco ou nada fazem, a inclusão exige modificações profundas, que demandam ousadia, prudência, política efetiva, oferecendo as crianças com deficiência educação de qualidade para que seja uma escola única e democrática. (BUENO, 2001, p. 27).

A educação inclusiva, portanto, afasta a ideia de que apenas crianças sem deficiência podem produzir conhecimentos, participando do processo de aprendizagem. Nossa pesquisa defende que o atendimento às necessidades especiais de crianças com deficiência pode garantir a inclusão prevista na legislação e proposta pelos acordos internacionais de igualdade dos indivíduos.

No tópico seguinte discorreremos sobre o processo de alfabetização em crianças com Síndrome de Down na Educação Infantil, destacando as possibilidades pedagógicas de desenvolvimento da leitura e da escrita, do conhecimento da Síndrome e das condições ambientais propostas pela escola.

#### **4 ALFABETIZAÇÃO E SÍNDROME DE DOWN**

O estudo da alfabetização para alunos com Síndrome de Down, na educação infantil é relevante para compreender o processo de inclusão de pessoas com deficiência na escola pública de ensino regular. Trata-se de um desafio politicamente, culturalmente, economicamente e socialmente enfrentado pelos professores, pois por falta de formação continuada não apresentam conhecimento adequado sobre o assunto, causando despreparo para lidar com essa inclusão. A formação de professores acaba por deixá-los inseguros em desenvolver o trabalho alfabetizador das crianças com SD.

Para se falar da alfabetização da criança com SD, deve-se conceituar o que é a linguagem oral e escrita, já que ambas são essenciais para o processo do desenvolvimento escolar. A linguagem oral está presente desde os primeiros meses da vida humana, na qual, o bebê começa a emitir sons para se expressar. No caso



do aluno, a linguagem oral é utilizada para questionar o professor sobre possíveis dúvidas de conteúdo.

A linguagem escrita, por sua vez, promove no aluno a capacidade de desenhar letras e construir palavras, necessitando, para isto, de uma ação mediadora do professor. De acordo com Vygotsky (2007), “[...] a linguagem escrita é constituída por um sistema de signos que designam os sons e as palavras da linguagem falada, os quais, por sua vez, são signos das relações e entidades reais (p.126)”.

Em estudos anteriores Vygotsky (1998) afirma que, a constituição das funções complexas do pensamento acontece principalmente pela troca social e a comunicação e, nesta interação, a linguagem atua no processo de desenvolvimento desde o nascimento. As funções psíquicas superiores do indivíduo são construídas na medida em que utilizadas, com orientação dos adultos ou colegas mais experientes, o sujeito se apropria do conhecimento elaborado pelas gerações anteriores. Para o autor, a interação social é de suma importância para o desenvolvimento mental, sendo assim, a escola é o lugar onde a intervenção pedagógica intencional pode desencadear o processo de ensino-aprendizagem.

Verificamos que o Ministério da Educação (MEC), por meio do Programa de Formação Continuada de Professores dos Anos/Séries Iniciais do Ensino Fundamental (BRASIL, 2008, p.12), considera que “[...] a alfabetização é o processo específico e indispensável de apropriação do sistema de escrita, da conquista do princípio alfabético e ortográfico que possibilita ao aluno ler e escrever com autonomia”.

Durante a educação infantil, esse processo ocorre por meio de imagens linguísticas, sons e fonemas. No caso das crianças com SD, tal processo pode ser difícil de realizar, pois as mesmas possuem atraso na fala e na diferenciação dos sons das letras. Diante disso, a criança com Síndrome de Down, por apresentar certas limitações para a alfabetização, deve ser estimulada de acordo com seu ritmo para desenvolver novas habilidades.

Lima (2016) em seus escritos fala sobre a importância de respeitar o tempo e o espaço de uma criança com SD e, antes do início da alfabetização, a autora coloca como essencial o bem estar dos alunos, ou seja, é necessário primeiramente aprender a se limpar, a comer melhor, a respeitar o colega, a não brigar e agredir. Silvia (2002), afirma em seus escritos que:

[...] o ensino das crianças especiais deve ocorrer de forma sistemática e organizada, seguindo passos previamente estabelecidos, o ensino não deve ser teórico e metódico e sim deve ocorrer de forma agradável e que desperte interesse na criança. Normalmente o lúdico atrai muito a criança, na primeira infância, e é um recurso muito utilizado, pois permite o desenvolvimento global da criança através da estimulação de diferentes áreas. (SILVIA, 2002, P.07)

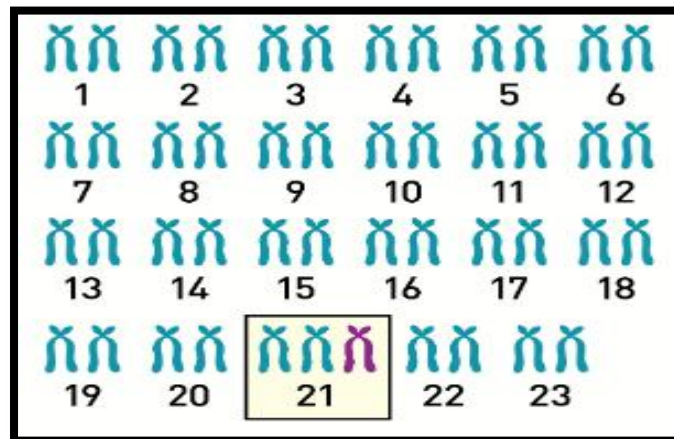
Diante desse pressuposto, vemos como de fundamental importância a intervenção dos professores de maneira lúdica, elaborando jogos e brincadeiras para trabalhar a temática preparada, para assim atrair o interesse do aluno, além de permitir experiências novas em que possa relacionar com o contexto social e familiar.

Temos um índice disponibilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), baseados no Censo 2010, que nos mostra a existência de cerca de 300 mil pessoas com a Síndrome de Down (SD) no Brasil, sendo 34 destas matriculadas em escolas de ensino regular no município de Maringá.

Sendo assim, para uma melhor compreensão da temática apresentada, é necessário explicar o que é essa deficiência.

#### 4.1 EXPLICANDO A SÍNDROME DE DOWN

A SD, ou Trissomia do 21, é uma condição geneticamente determinada, mais comum em humanos e ocorre quando um bebê nasce com um cromossomo extra em suas milhões de células, ou seja, ao invés de nascer com 46 ele nasce com 47 cromossomos, 1 a mais no par de número 21, como mostra a imagem a seguir:



**Fonte:** Movimento Down

De acordo com o Ministério da Saúde, a cada 700 nascimentos, uma criança tem síndrome de Down, independentemente de etnia, gênero ou classe social. Uma criança que nasce com Síndrome de Down apresenta as seguintes características: olhos puxados, orelhas pequenas, nariz pequeno e achatado, céu da boca encurvado, menor número de dentes, cabelo liso e fino, cabeça achatada na parte de trás, pescoço com muita gordura na nuca, pode acontecer de colocar a língua para fora, apresenta linha única na mão sendo a maior dobra no quinto dedo, apresenta músculos moles conhecidos como hipotonia e apresenta uma separação grande entre o primeiro e segundo dedo dos pés.

A Síndrome de Down, foi assim denominada há 150 anos, quando John Langdon Down, em 1866, referiu-se a ela pela primeira vez como um quadro clínico com identidade própria. Em 1958, o francês Jérôme Lejeune e a inglesa Pat Jacobs descobriram de maneira independente a origem cromossômica da síndrome. Foi quando ela passou a ser considerada uma síndrome genética (FBASD, 2015).

De acordo com a Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down – FBASD (2015):

A síndrome de Down é a primeira causa conhecida de incapacidade intelectual, representando aproximadamente 25% de todos os casos de atraso intelectual, traço presente em todas as pessoas portadoras da síndrome. Em relação a essa síndrome, devem-se ter claros dois pontos: 1) não se trata de uma doença, mas de síndrome genética que pode condicionar ou favorecer a presença de quadros patológicos; 2) entre as pessoas portadoras existe grande variabilidade, mas nunca se deve falar em “graus”, existe variação de

alguns indivíduos em relação a outros, assim como acontece na população geral. (FBASD, 2015)

Diante desse pressuposto, a Síndrome de Down é considerada uma deficiência intelectual e não deve ser tratada como doença e sim como uma deficiência genética ou uma alteração global do genoma, para explicar tal pressuposto, Lima (2016 p.26), confirma que ter Síndrome de Down não significa que a pessoa deixa de ser gente, ou que passa a ter uma doença, pois se trata de uma deficiência. A autora ainda aborda sobre o que é uma deficiência. Para ela “[...] as deficiências são relativas a toda alteração do corpo ou da aparência física, de um órgão ou de uma função; qualquer que seja sua causa, em princípio significa perturbações em nível de órgão” (LIMA, 2016, p.26). O aluno com SD muitas vezes carrega consigo o peso de não conseguir um desempenho adequado por causa de sua deficiência intelectual. Como afirma Miranda (2001):

A ideia de que a deficiência é uma culpa ou responsabilidade pessoal do indivíduo, e que se a criança não consegue aprender deve-se ao fato de possuir causas orgânicas que a impedem de fazê-lo, deixa a escola e a sociedade muito à vontade para isentar-se dos compromissos para com seus cidadãos. (MIRANDA, 2001, p.184)

Cabe à escola criar as condições necessárias para o desenvolvimento do aluno com essa deficiência, buscando superar seus limites, pois os mesmos apresentam dificuldades na aprendizagem, prejudicando a linguagem, a motricidade e a integração social.

Sendo assim, para termos a inclusão desses alunos é necessário que haja nas escolas, práticas pedagógicas diferenciadas, como afirma Souza e Gomes (2015) em seus estudos:

Em sala de aula, o professor deve proporcionar um ambiente acolhedor de aprendizagens, e manter as crianças sempre ocupadas, mas sem cansá-las, deve dosar as atividades para que haja interesse de todos e participação principalmente da criança com déficit intelectual. (SOUZA E GOMES, p.111)

O professor além de conhecer seus alunos e suas deficiências, deve respeitar o tempo de aprendizagem dos mesmos, sempre realizando adaptações necessárias, proporcionando um ambiente acolhedor.

## 2 METODOLOGIA

Elaboramos este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) destacando como propósito de estudo o levantamento de dados referentes à inclusão de crianças com SD nos CMEIs de Maringá, em classes de alfabetização. Configuramos o estudo como de cunho qualitativo e quantitativo, composto de levantamento documental e teórico, agregado a uma pesquisa de campo com coleta de informações acerca do número de alunos matriculados, atendimento em sala de aula e materiais pedagógicos.

De acordo com Severino (2007, p. 203) o TCC “Pode ser um trabalho teórico, documental ou de campo. Quaisquer que sejam as perspectivas de abordagem, a atividade visa articular e consolidar o processo formativo do aluno pela construção do conhecimento científico em sua área.” Neste sentido, o graduando desenvolve seu projeto pessoal, contando com a supervisão de um orientador.

Na trajetória de pesquisa buscamos a compreensão do processo de inclusão para a alfabetização de crianças com Síndrome de Down, matriculadas em CMEIs, baseando-se em depoimentos de professoras e da proposta de inclusão praticada pela Secretaria Municipal de Educação de Maringá (SEDUC). Estes depoimentos foram colhidos por meio de questionários<sup>5</sup> estruturados entregue aos Centros Municipais de Educação Infantil da cidade de Maringá, com o prazo de 15 dias para serem devolvidos, e utilizando a técnica da Entrevista Telefônica (ET), defendida por Gonçalves e Barros (2014). Segundo os autores:

A entrevista por telefone, na investigação científica, é uma estratégia para a obtenção de dados que permite a comunicação interpessoal sem um encontro face-a-face<sup>1</sup>. Estudos revelam que desde os anos 60 o emprego de Entrevistas Telefônicas (ET) vem aumentando, sobretudo na coleta de dados da área de saúde<sup>2</sup>. Uma possível explicação para o crescimento da popularidade da ET como método de investigação científica seria o reflexo dos avanços tecnológicos e mudanças sociais que promoveram a aceitabilidade das telecomunicações no suporte aos serviços de saúde e demais serviços ofertados à sociedade. (GONÇALO; BARROS, 2014, p.22)

A entrevista telefônica apresenta facilidade de contato direto com o entrevistado, que muitas vezes não se encontra disponível para atendimentos pessoais. Oferece certa rapidez na coleta dos dados, “[...] proporcionando até

---

<sup>5</sup> O questionário encontra-se em apêndice 2.

mesmo um sentimento de conforto apresentado pelos entrevistados frente ao relativo anonimato promovido nesta interação” (GONÇALO, BARROS, 2014, p.22).

Quanto aos questionários apresentados às professoras, também não contêm informações sobre o entrevistado e sobre os CMEIs, pois uma autorização da SEDUC pedia sigilo nesse requisito. O intuito foi conhecer quantos alunos<sup>6</sup> com SD, encontram-se matriculados em escolas regulares, se há atividades desenvolvidas com esses alunos e o que pensam as professoras regentes sobre a inclusão no ensino regular. As questões do questionário foram mistas, nas quais deram liberdade para o entrevistado colocar seu ponto de vista da maneira que preferisse.

Complementam-se as informações obtidas nos CMEIs com o informe provindo da entrevista coletada via ET, junto ao responsável de Educação Especial da SEDUC.

## **5 ANALISANDO OS DADOS**

Diante da temática abordada “Inclusão de crianças com Síndrome de Down nos CMEIs de Maringá: olhar sobre a alfabetização” constatou que existem cerca de 110 Centros Municipais capacitados para atenderem os alunos com SD em formação educacional e em processo de inclusão no Município de Maringá, sendo 11 destes usados para a contribuição desse artigo. Os 11 Cmeis foram indicados pela SEDUC.

Realizamos um questionário para cada Cmei buscando compreender o processo alfabetizador dos alunos com SD matriculados na educação infantil, tendo como resultado a falta do atendimento real com os mesmos, possível de compreender por meio das respostas dos questionários.

Para elaborar essas questões, a graduanda teve orientação seguida de leituras sobre a temática, após o término do questionário, os mesmos foram levados um a um nos Centros Municipais de Educação Infantil que atendem crianças com SD (tal informação foi possível pela SEDUC).

Sobre a recepção das escolas com a graduanda, constatamos que sendo 11 CMEIS, apenas 6 aceitaram realizar o questionário dentro do prazo determinado e não apresentando receios com o assunto, os outros 6 CMEIS atenderam de maneira

---

<sup>6</sup> A quantidade de alunos com SD encontram-se no quadro de inclusão por série, disponível no apêndice 1.

não adequada, não aceitando de imediato responder o questionário, sendo necessário insistência da graduanda.

Sobre os alunos, realizamos um quadro de inclusão por série , mostrando quantos alunos sem deficiência e quantos com SD existem em cada CMEI, além de mostrar o nível de escolarização desses alunos, para evitar mostrar o nome dos Cmeis pesquisados e das professoras questionadas, denominamos os CMEIs por números (123..), e as professoras por letras ( ABC..). Após todos os questionários serem respondidos e entregues para a graduanda, foi realizada a análise de resultados de cada Cmei.

Ao abordar sobre a formação profissional das professoras tanto regente como de apoio para atuarem com os alunos com SD, verificamos como resposta a falta de uma especialização, 4 professoras disseram que não ocorre cursos de especialização ofertado pela SEDUC, prejudicando a ação professor/aluno; Professora I respondeu que a SEDUC trabalha com excelência nesse quesito. As demais não responderam sobre a formação continuada.

Sobre as ações que necessitam de mudanças para atender os alunos com SD, 10 professoras responderam ser necessário recursos para o trabalho educacional dos alunos com SD, ou seja, materiais diferenciados, lápis maiores, gravuras, entre outros. 7 professoras responderam ser necessário um professor de apoio, pois o acesso do aluno com SD junto aos alunos sem deficiência dificulta quando não se tem um professor de apoio, algumas professoras colocam tal questão como principal e alegaram não conseguir trabalhar com todos os alunos sem a devida ajuda.

Sobre a educação especial e educação inclusiva 6 professoras responderam que a mesma é voltada para crianças especiais que necessitam de mediação; 3 professoras responderam que é uma modalidade que promove o desenvolvimento de pessoas com Necessidades Especiais; a professora C respondeu que é um conjunto de recursos especiais para que haja aprendizagem; a professora L respondeu que fundamenta-se em referencial teórico e prática compatível com Necessidades Especiais.

Sobre a educação inclusiva tivemos tais respostas, 3 professoras responderam que é quando os alunos aprendem uns com os outros, ou seja, quando ocorre o convívio social; 5 professoras responderam que é a inserção do aluno especial no ensino regular; a professora G respondeu que são normas que

asseguram o direito do aluno ao ensino; a professora C respondeu que atende as necessidades educativas especiais em sala de aula e a professora B respondeu que é de todos para todos.

Nesse item sobre Educação Especial e Educação Inclusiva, compreendemos que como disse Mendonça (2015), a educação especial atende crianças com necessidades especiais fora do ambiente escolar, ou seja em APAES ou Clinicas Específicas, já a Educação Inclusiva desenvolveu-se em 1994 com a Declaração de Salamanca e tem como objetivo incluir as crianças com necessidades especiais no ambiente de ensino regular, permitindo o convívio social.

Referindo sobre a questão da inclusão escolar das crianças com Síndrome de Down, todas as professoras responderam que concordam com a mesma, porém houve alguns apontamentos, 7 professoras concordam, pois a inclusão contribui para o desenvolvimento dos alunos com SD e os demais alunos, além de servir como exemplo de comportamento e de conquistas, a professora E respondeu que concorda com a inclusão apenas se esse aluno ir para uma escola de apoio no contra turno, no caso na APAE e a professora L respondeu que concorda apenas se tiver um professor de apoio em sala de aula.

Também questionamos as professoras sobre a importância do papel da família na inclusão dos alunos com SD, 4 professoras responderam que a família deve manter uma relação estreita com a escola para que haja trabalho mutuo; 3 professoras responderam que a família da segurança para a criança permitindo seu desenvolvimento; 2 professoras responderam que a família deve ter aceitação para desenvolver um trabalho de estimulação e a professora I respondeu que o papel da família é bom para o desenvolvimento cognitivo do aluno.

Abordando as práticas pedagógicas, questionamos se a criança em processo de inclusão participa constantemente das atividades propostas, tendo como resposta de 3 professoras que as vezes participa, as demais responderam sim. Perguntamos sobre as atividades usadas com esses alunos, tendo como resposta de todas que as atividades são as mesmas do planejamento da classe, tendo algumas adaptações como: alinhavos, passar a mão por cima das letras e números, desenhar, colagem de imagens, construir jogos, encaixe, lápis mais grosso e registro, quando necessárias.

Nesse item sobre as práticas pedagógicas, compreendemos que a fala dos autores estudados não são colocadas em prática, pois Lima (2016) fala da



importância de respeitar o tempo e o espaço da criança com deficiência e sendo as atividades iguais para todos, impossibilita essa criança realizar no tempo estimulado pela professora. Silva (2002) fala sobre a importância de trabalhar com o lúdico com as crianças especiais e não realizar atividades como as outras crianças.

Por fim questionamos sobre como favorecer ambientes de aprendizagem na prática inclusiva da SD e pedimos uma nota auto avaliativa da escola sobre o atendimento desse aluno. A professora L respondeu que necessita da cooperação do professor, ser afetivo com o aluno e proporcionar atividades diferenciadas; 5 professoras responderam que é necessário favorecer um ambiente com alfabeto ilustrado, letras em relevo, números com objetos concretos, figuras, jogos de encaixe e cartazes; a professora B respondeu que deve ter atividades corporais que estimulam o controle ao banheiro, desenvolvimento da fala e da coordenação e a professora C respondeu que precisa melhorar a socialização. Sobre a nota das instituições, a professora L não avaliou; a professora G atribuiu nota 50; 5 professoras atribuíram nota 80; 2 professoras atribuíram nota 90 e 2 professoras atribuíram nota 100.

A seguir mostraremos 3 gráficos com eixos relevantes para essa pesquisa, o primeiro trata sobre o processo de alfabetização dos alunos com SD no ensino regular, o segundo a formação continuada dos profissionais e o terceiro ao professor de apoio.

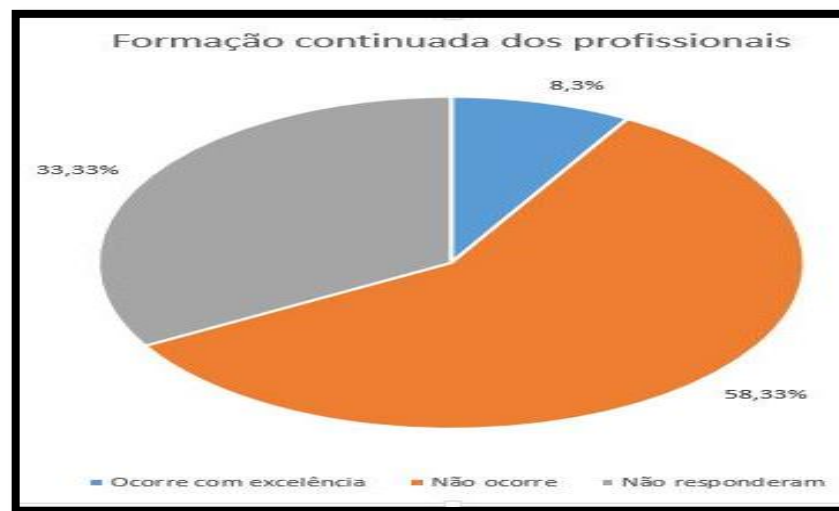
**Gráfico 1**



O gráfico 1 mostra que 66,66 % das escolas questionadas responderam que ocorre o processo de alfabetização dos alunos com SD, porém ocorre parcialmente pois, não apresenta atividades diferenciadas, formação continuada e também não

respeita o tempo limite de aprendizagem desse aluno, não ocorrendo assim a devida inclusão e alfabetização, 25% das escolas responderam que às vezes os alunos com SD participam das atividades propostas, 8,3% não respondeu o questionário proposto e não houve respostas dizendo que esse processo não ocorre.

**Gráfico 2**



O Gráfico 2 mostra a porcentagem da formação continuada que ocorre para os profissionais responsáveis pelos alunos com SD, 58,33% respondeu que não ocorre formação continuada e especializada para os professores, 33,33% não responderam sobre a formação continuada e 8,3% respondeu que a SEDUC realiza um trabalho de excelência sobre a formação continuada.

**Gráfico 3**



O Gráfico 3 mostra sobre a necessidade de ter um professor de apoio dentro da sala de aula, como requisito de auxílio para os professores, 83,33 % responderam que precisam de um professor de apoio para o auxílio com o aluno especial, que no presente momento não apresenta aos CMEIs, 8,33% respondeu que não precisa de professor de apoio, pois o trabalho da SEDUC está de excelência e 8,33% não respondeu ao questionário.

Complementando os dados empíricos da pesquisa, buscamos conhecer o planejamento da SEDUC para o atendimento à inclusão de pessoas com deficiência, em especial de crianças na Educação Infantil. Nosso objetivo foi conseguir dados que comprovassem as falas das professoras entrevistadas, em relação a estrutura física, professores de apoio e materiais pedagógicos. 10 das respondentes negaram a existência de professoras de apoio e formação continuada.

Via telefone, único contato possível com um funcionário da Educação Especial, tendo em vista a falta de tempo para nos conceder uma entrevista *in loco*, procuramos obter as informações por meio de telefonema, quando então fomos atendidas por dez (10) minutos.

Após os cumprimentos, iniciamos a ET, que, por ser breve, vai transcrita a seguir, apresentando a pergunta formulada e a resposta obtida:

1- Quantos CMEIs atendem crianças com Síndrome de Down, em Maringá?

R: Temos 110 CMEIs que possuem capacidade para atender essas crianças, porém não há matrículas em todos eles, pois não existe lista de espera.

2- Existem salas de recursos em todos os CMEIs?

R: Existem dezenove (19) salas funcionais que atendem os alunos com Down no contraturno.

3- Existe formação continuada para os professores que atendem as crianças com SD?

R: Sim. São feitas duas capacitações por mês.

4- Vocês mantêm professores de apoio em todos os CMEIs que têm crianças com SD?

R: Sim. Sempre temos professoras de apoio no atendimento às crianças em inclusão.

Terminada a ET, imediatamente após os agradecimentos.

Verificamos com essa entrevista por telefone e com os questionários respondidos, uma contradição entre as respostas das professoras e da funcionária da SEDUC.

A seguir apresentamos as Considerações Finais, com uma breve análise dos dados coletados e reforçando a importância do estudo realizado para o Curso de Pedagogia.

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Apresentamos neste artigo, o olhar das professoras de 12 CMEIs da cidade de Maringá sobre a alfabetização e inclusão, visando conhecer como é o processo de inclusão e atenção à alfabetização de crianças com SD. Considerando as Leis Brasileiras da Educação Inclusiva, compreendemos que todos os CMEIs devem atender a demanda sobre o direito de educação para todos e sobre a obrigatoriedade em aceitar os alunos especiais nas escolas de ensino regular.

Todavia, podemos notar que este atendimento em Maringá, ocorre parcialmente sem o atendimento necessário e especializado. Sobre as questões problematizadoras, a pesquisa contemplou parcialmente o conjunto de informações solicitadas. O levantamento possibilitou compreender que os CMEIs pesquisados de Maringá/PR atendem aos alunos com SD, porém a alfabetização não está contemplada, pois foram relatadas a falta de recursos e a falta de formação dos professores.

Sendo assim, não podemos considerar como processo de alfabetização, para alunos com SD, o atendimento pedagógico prestado nos CMEIs. Nossa expectativa era a de que as professoras iriam relatar que mesmo com as dificuldades encontradas e com as classes numerosas, esse aluno especial recebe atendimento diferenciado em suas atividades.

Entretanto, o resultado dessa pesquisa foi que os alunos com SD utilizam o mesmo planejamento, as mesmas atividades e o mesmo atendimento que os demais alunos, tendo que realizar as atividades no tempo estipulado pela professora, o que vai contra o que dizem os especialistas em educação inclusiva, quando afirmam que esse aluno deveria ter adaptações de planejamento e no desenvolvimento das atividades.

No entanto, a partir da busca pela confirmação dos dados sobre estrutura material e atendimento de suporte pedagógico, assim como de formação em serviço para realizar a inclusão, constamos a contradição existente entre o que afirmam as professoras em suas respostas ao questionário e o que relata a funcionária na entrevista concedida por telefone.

Concluimos que esse artigo possibilitou um significativo crescimento intelectual e de formação profissional, e pode contribuir para o curso de Pedagogia, enquanto formação de profissionais para o ensino básico. Devemos considerar que encontrar alunos especiais nas escolas de ensino regular, principalmente com SD, é realidade presente na Educação Infantil e Ensino Fundamental, cabendo ao professor estudar e se preparar para atender seu aluno independente de sua deficiência.

## REFERÊNCIAS

BUENO, J. G. S. **A inclusão de alunos deficientes nas classes comuns do ensino regular**. Temas sobre Desenvolvimento, São Paulo, vol. 9, nº 8, 2001.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília/DF, 1988. Disponível em: [http://www.lex.com.br/doc\\_82188\\_CONSTITUICAO\\_DA\\_REPUBLICA\\_FEDERATIVA\\_DO\\_BRASIL\\_DE\\_1988.aspx](http://www.lex.com.br/doc_82188_CONSTITUICAO_DA_REPUBLICA_FEDERATIVA_DO_BRASIL_DE_1988.aspx). Acesso em: 01/05/2016.

\_\_\_\_\_. **Convenção de Guatemala**, DECRETO Nº 3.956, de 8 de Outubro de 2001. Brasília/DF, 2001. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/Ccivil\\_03/decreto/2001/D3956.htm](http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/decreto/2001/D3956.htm) Acesso em: 03/05/2016.

\_\_\_\_\_. **Declaração Mundial Sobre Educação para Todos**. Brasília/DF, 1990. Disponível em: [https://www.unicef.org/brazil/pt/resources\\_10230.htm](https://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10230.htm). Acesso em: 01/05/2016.

\_\_\_\_\_. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais**. Brasília/ DF, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf> Acesso em: 01/05/2016.

\_\_\_\_\_. **DECRETO Nº 6.571**, de 17 DE Setembro de 2008. Brasília/DF, 2008. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6571.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6571.htm). Acesso em 03/05/2016.

\_\_\_\_\_. **DECRETO Nº 6.949**, de 25 de Agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Brasília/DF, 2009. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6949.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6949.htm). Acesso em: 03/05/2016.

\_\_\_\_\_. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na educação básica**. Secretária de Educação Especial- MEC, 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>. Acesso em: 02/05/2016.

\_\_\_\_\_. **Lei n.7.853**, de 24 de Outubro de de 1989. Diário Oficial, Brasília, DF, 24 de out. 1989. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L7853.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7853.htm) Acessado em: 01/05/2016.

\_\_\_\_\_. **Lei Nº 9.394**, de 20 de Dezembro de 1996. Brasília/DF, 1996. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm) Acesso em: 01/05/2016.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 10.172**, de 9 de Janeiro de 2001. Brasília/DF, 2001. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/l10172.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm). Acesso em: 02/05/2016.

\_\_\_\_\_. **Plano Nacional de Educação - PNE/Ministério da Educação**. Brasília, DF: MEC, 2001. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/>. Acesso em: 03/05/2016.

\_\_\_\_\_. **CENSO DEMOGRÁFICO 2000. Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/populacao/censo2000\\_populacao.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/populacao/censo2000_populacao.pdf). Acesso em: 05/05/2016.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação inclusiva: com os pingos nos "is"**. 4. ed. Porto Alegre: Ed. Meditação, 2005.

FBASD, Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down. Brasília/DF, 2015. Disponível em: <http://www.federacaodown.org.br/portal/>. Acesso em: 06/06/2016.

GONÇALO, Camila da Silva; BARROS, Nelson Filice. **Entrevistas telefônicas na pesquisa qualitativa em saúde**. Florianópolis, 2014.

LIMA, Ana Cristina Dias Rocha. **Síndrome de Down e as práticas pedagógicas**. Petrópolis, RJ: Editora vozes, 2016.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. O que é inclusão escolar?. **Blog Bengala Legal**, 2009. Disponível em: <<http://www.bengalalegal.com/blog/?p=32>>. Acesso em: 06 set. 2016.

MASINI, Elcie Aparecida Fortes Salzano. **Uma experiência de inclusão providências, viabilização e resultados**. 2004.

MENDONÇA, Ana Abadia dos Santos. **Educação Especial Inclusiva**: dicotomia de ensino dentro de um mesmo processo educativo. UNIUBE – UBERABA, 2015.

MIRANDA, Maria de Jesus Cano. **Educação, deficiência e inclusão no Município de Maringá**. Universidade Estadual de Maringá- UEM, Maringá, 2001.

<http://www.movimentodown.org.br/>. Acesso em: <07/05/2016>

SASSAKI, Romeu K. **Inclusão**: Construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23ª ed. rev. e atualizada. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Roberta Nascimento Antunes. **A educação especial da criança com Síndrome de Down**. 2002. Monografia (Licenciatura em Biologia) - Universidade Veiga de Almeida. Rio de Janeiro. 2002.

SOUZA, Marlene Cabral; GOMES, Claudia. **Neurociência e o déficit intelectual**: aportes para a ação pedagógica. São Paulo, 2015.

VIGOTSKI, L.S. **A Formação Social da Mente**. 7ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

\_\_\_\_\_. **Pensamento e Linguagem**. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1998.

## ANEXOS

### ANEXO 1 : AUTORIZAÇÃO SEDUC



PREFEITURA DO MUNICIPIO DE MARINGÁ  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
DIRETORIA DE ENSINO  
GERÊNCIA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

#### Autorização de Estágio

Autorizamos a acadêmica **Ana Carolina de Angelis Batista** matriculada no curso de **Pedagogia** da **UEM** a realizar pesquisa de campo referente ao TCC intitulado: "**A alfabetização de crianças com Síndrome de Down: A voz das professoras de CMEI**" orientada pela **Profª Marta Lucia Croce do Departamento de Fundamentos da Educação DFE da Universidade Estadual de Maringá** por meio de questionário para professoras de 10 CMEI's que atendam crianças com Síndrome de Down de 3 à 5 anos de idade.

Tal pesquisa tem o objetivo de compreender o processo de inclusão para a alfabetização de crianças portadoras da **Síndrome de Down** matriculadas em CMEI's de Maringá, baseado em depoimentos de professoras.

A realização desse estudo tem como princípio metodológico a pesquisa qualitativa, de cunho teórico, documental e de campo. A pesquisa documental será por meio das leis que falam sobre a inclusão, as específicas sobre SD; a LDB 9394/96; O Plano Nacional de Educação e o Plano Municipal de Educação.

Quanto à pesquisa de campo, propõem-se visitas monitoradas, pelo menos 10 CMEI's de Maringá, tendo como objetivo conhecer o trabalho alfabetizador das professoras, por meio das entrevistas semi-estruturadas pretende-se colher depoimentos e relatos das professoras sobre suas experiências com alfabetização de



crianças com SD. A pesquisadora propõe deixar a entrevista e passar para busca-lá depois de uma semana, se possível, ou de acordo com a organização da unidade escolar.

Enfatizamos que é vetada a utilização de fotos, gravações de áudio, imagens e vídeo. Questionários destinados a funcionários e professores só poderão aplicados a critério de convite, após assinatura do **Termo de Consentimento Livre e Esclarecido** podendo haver recusa, acrescentamos também, que todo questionário deve ser preenchido em caráter de sigilo e somente observados pelos participantes da pesquisa.

Maringá, 15 de junho de 2016.



---

*Lucia Catto Magalhães Campelo*  
Gerente da Educação Especial

## APÊNDICE

### APÊNDICE 1: QUADRO DE INCLUSÃO POR SÉRIE

CEMEI	ALUNOS MATRICULADOS	ALUNOS COM SÍNDROME DE DOWN	NÍVEL DE ESCOLARIZAÇÃO
1	300	01 – integral	Indisponível
2	200	01-integral	Indisponível
3	100	01-tarde	Infantil 5
4	225	01-integral	Recusou responder o questionário
5	250	01-integral	Infantil 4
6	200	02-integral	Infantil 4
7	150	01-integral	Infantil 5
8	350	01-integral	Infantil 4
9	250	02-integral	Indisponível
10	175	01-integral	Infantil 2
11	250	Indisponível	Infantil 4
12	225	01-integral	Indisponível

### APÊNDICE 2: QUESTIONÁRIO

#### QUESTÕES:

1. Escreva nas linhas abaixo o seu nome completo, formação inicial, tempo de atuação na Educação Infantil, CMEI aonde atua e função em sala de aula.
  
2. Qual a diferença entre educação especial e educação inclusiva?

3. Você concorda com a inclusão escolar de crianças com Síndrome de Down? Por quê?

4. Há quanto tempo você atua com a inclusão de crianças com Síndrome de Down?

5. Quais as atividades que você executa com a criança com Síndrome de Down, em inclusão?

6. A criança com Síndrome de Down em inclusão participa das atividades comuns à classe?

SIM \_\_\_\_\_ NÃO \_\_\_\_\_ ÀS VEZES \_\_\_\_\_

7. Como favorecer ambientes de aprendizagem na prática inclusiva da Síndrome de Down?

8. Qual o papel da família no processo inclusivo das crianças com Síndrome de Down?

9. Dê uma nota de zero a dez para o trabalho de inclusão da Síndrome de Down desenvolvido no CMEI no qual você atua.

NOTA: \_\_\_\_\_

10. O que poderia ser melhorado para uma efetiva inclusão das crianças com Síndrome de Down na educação infantil?